Maio - 2018

Ano XXXIII - nº 157 - Fundado em 1985.

Ação Fiscal

http://www.sindifiscal-es.org.br/

Órgão de Comunicação do Sindifiscal-ES

Deputados confirmam novo teto remuneratório

Parlamentares demonstraram atitude política e republicana e deram apoio expressivo à reivindicação de manutenção do novo teto para 2019.

União das carreiras do Fisco, Oficiais do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar, Delegados, Médicos e Consultores do Executivo foi essencial para o resultado.

MATÉRIA ESPECIAL
PÁGINAS 7 A 10

A deputada Janete de Sá, ao centro, ladeada pelos colegas auditores, contribuiu muito para a aproximação da categoria e das demais carreiras típicas de Estado com os deputados estaduais e para a conquista.

Sindifiscal dá inicio ao Plano Sindifiscal-Benevix-Unimed

Começaram as migrações e adesões ao novo Plano de Sáude. 250 pessoas são beneficiadas de imediato.

PÁGINA 3

Na foto, a aposentada Elzira Emilia Schwanz Ramos com o corretor da Benevix, Alexandre.

Sindifiscal e Fucape firmam convênio para cursos de MBAs

3 »

Sindicalizados e seus dependentes terão desconto de 8% a 15% nas mensalidades dos cursos oferecidos.

Assembleia Geral aprova pauta de reivindicações 2018

4 »

Categoria também aprovou contas da diretoria anterior e discutiu estratégias para a Lei Orgânica do Fisco Estadual.

Enif discute combate à sonegação e à fraude

172 profissionais de 26 Estados e do DF participaram.

PÁGINA 6

Bruno Funchal fala sobre trabalho e gestão na SEFAZ

PÁGINA 5

SINDIFISCAL-ES

Neoliberalismo, serviço público, previdência...

O termo neoliberal surgiu numa reunião em Paris (1938) da qual participaram Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek, que mais tarde o aperfeiçoaram. Exilados austríacos, viam a socialdemocracia como movimento de assombração parecido com nazismo e comunismo.

A ideologia tem fundamento na ideia do ser individualista, em que a competição dita as relações. Cidadãos são definidos como consumidores, num sistema que premia o mérito e pune a ineficiência. O mercado orienta-se por si só e garante que todos tenham aquilo que mereçam.

Entre os ricos há o convencimento de que suas riquezas foram adquiridas por mérito e para isso precisam ignorar vantagens como origem, educação e herança, que os ajudaram a conquistá-las. Quanto aos pobres, resta-lhes se culparem por falhas, ainda que não possam fazer muito para mudar suas realidades. Não se tornaram profissionais exitosos porque foram incapazes ou fizeram pouco para melhorar de vida.

Num mundo onde reina a individualidade e a competição, em igualdade de oportunidades, quem falha é perdedor. O contrário, vencedor. Dos anos 40 aos 60, a ideologia neoliberal não avançou muito, mas nos anos 70 as crises associadas à intervenção do Estado na economia e à ideia de Estado de bem-estar social acordaram o gigante. "Quando chegar o momento em que for necessário mudar (…) existe uma alternativa pronta para ser usada", dizia Milton Friedman, um dos maiores teóricos do liberalismo econômico do século XX. Ao que Thatcher diria mais tarde: "não há outra alternativa".

No final dos anos 70, o plantador de amendoins, Jimmy Carter, nos EUA, e o servidor público Jim Callaghan, na Grã-Bretanha, introduziram em seus países elementos do neoliberalismo. Com a chegada do ator hollywoodiano ao poder, Ronald Reagan, e de Margaret Thatcher, ditames do neoliberalismo se espalharam mundo afora: Estado mínimo, privatizações, ataques aos sindicatos e ao serviço público. O final de seu mandato de 20 anos coincide com o início do mandato de Fernando Henrique Cardoso no Brasil, que aprofundou reformas neoliberais em curso desde o governo Collor.

Sim, mas e daí? O que é que isso tem a ver com ataques à previdência, ao serviço público, à terceirização na administração pública? O que tem a ver com ataques aos direitos dos aposentados e pensionistas? O que...

SINDIFISCAL - Sindicato do Pessoal do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização -TAF do Estado do Espírito Santo

CNPJ 27.239.441/0001-05

BALANÇO PATRIMONIAL em 31/03/2018 e 31/03/2017

ATIVO	01/01 a 31/03/18	01/01 a 31/03/17	Variação % (2017 / 2018)
CIRCULANTE			
DISPONÍVEL	1.019.689,59	865.060,81	17,9%
Caixa/Bancos	2.642,36	8.478,60	-68,8%
Aplicação de curto prazo	1.017.047,23	856.582,21	18,7%
CRÉDITOS DIVERSOS	2.500,00	-	
Adiantamento a Empregados	2.500,00	-	
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	1.022.189,59	865.060,81	18,2%
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	44.839,50	41.774,67	7,3%
Aplicações Financeiras	44.839,50	41.774,67	7,3%
IMOBILIZADO	#######	2.468.612,43	0,2%
Imóveis	1.986.998,59	1.986.998,59	0,0%
Máquinas e Equipamentos	127.265,18	121.405,61	4,8%
Móveis e Utensílios	74.304,45	74.304,45	0,0%
Instalações	239.368,81	239.368,81	0,0%
Veículos	45.800,00	45.800,00	0,0%
Software	1.795,00	1.795,00	0,0%
(-) Depreciações	(2.606,31)	(1.060,03)	145,9%
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANT	#######	2.469.672,46	0,2%
TOTAL DO ATIVO	3.539.954,81	3.375.447,91	4,9%

PASSIVO	01/01 a 31/03/18	01/01 a 31/03/17	Variação % (2017 / 2018)
CIRCULANTE	40.793,45	40.512,74	0,7%
Fornecedores	19.499,66	18.224,55	7,0%
Obrigações Sociais	18.335,12	18.331,82	0,0%
Obrigações Fiscais	2.958,67	2.541,05	16,4%
Obrigações Diversas		1.415,32	-100,0%
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	40.793,45	40.512,74	0,7%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	
EXIGIVEL A LONGO PRAZO			
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTI	-	-	
PATRIMÔNIO SOCIAL	3.499.161,36	3.334.935,17	4,9%
Deficit/Superavit Acumulados	3.499.161,36	3.334.935,17	4,9%
TOTAL DO PATRIMÔNIO SOCIAL	3.499.161,36	3.334.935,17	4,9%
TOTAL DO PASSIVO	3.539.954,81	3.375.447,91	4,9%

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/03/2018 E 31/03/2017

	43.190,00	42.825,00	0,9%
Receita C/Associados e Outros	336.083,26	453.655,23	-25,9%
Receita Financeira	10.015,79	25.196,54	-60,2%
Receitas Operacionais	-	-	
Receita Operacional Líquida	346.099,05	478.851,77	-27,7%
Superávit Bruto Operacional	346.099,05	478.851,77	-27,7%
(-) Despesas Administrativas	(368.632,56)	(473.608,87)	-22,2%
(-) Despesas Tributárias	(3.435,65)	(5.109,95)	-32,8%
(+/-) Despesas Financeiras	(3.749,97)	(3.648,07)	2,8%
(+) Outras Despesas	-	(50.900,00)	-100,0%
Déficit/Superavit Líquido no Período	(29.719,13)	(54.415,12)	-45,4%

Vitória - ES, 31 de Março de 2018.

Escritec Esc. Tec. Contábil Ltda — CNPJ: 27.983.907/0001-74

Sindicato do Pessoal do Grupo de Taf - ES — Presidente: Carlos Eugênio Duarte Camisão

Expediente

Carlos Heugênio Duarte Camisão
Presidente
presidencia@sindifiscal-es.org.br

José Fermo
Vice-presidente
josefermo10@gmail.com

Geraldo José Pinheiro
Diretor Administrativo
diretoriafinanceira@sindifiscal-es.org.br

Jocelino Antônio Demuner
Diretor Administrativo
jdemuner@sindifiscal-es.org.br

Zenaide Maria Tomazelli Lança
Diretora Jurídica
juridico@sindifiscal-es.org.br

Zuleide Rosangelica de Assis Lopes
Diretora de Aposentados e Pensionistas
azet58@hotmail.com

Rogério Zanon da Silveira
Diretor de Comunicação e Divulgação
jornal@sindifiscal-es.org.br

CONSELHO DELIBERATIVO
Anthony Fermino Repetto Lavor
Lenise Seabra Miranda
Luciano José da Silva
Marcelo da Silva Ramos
Marcelo Vinicius Borges Amistá

CONSELHO FISCAL
Ana Maria de Souza Silva
Carlos Werner dos Santos
Sebastião Luiz Casagrande

DELEGADOS SINDICAIS
Região Metropolitana - Edvaldo Monteiro
Região Nordeste - Miguel Arcanjo Gagno
Região Noroeste - João Tadeu Caon
Região Sul - Lúcio Berilli Mendes

Ação Fiscal - Março/2018
Ano XXXIII - Edição 156

Adriana Nobre
Weverton Campos
Jornalistas responsáveis

Tiragem: 1500 exemplares
E-mail: jornal@sindifiscal-es.org.br

SINDIFISCAL-ES

Endereço: Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 955 - Edifício Global Tower Salas 714 e 715 - Enseada do Suá Vitória/ES - **CEP:** 29050335.
Site: www.sindifiscal-es.org.br
CNPJ: 272394410001/05
E-mail: fisco@sindifiscal-es.org.br
Telefone: (27) 3325-3439

Começam as adesões ao plano de saúde Sindifiscal-Benevix-Unimed

O novo plano de saúde é parte de uma luta antiga da categoria. Diretorias anteriores do Sindifiscal travaram discussões duras com a Unimed para diminuir mensalidades. A nova tabela beneficiará, de imediato, 250 pessoas e abrirá oportunidade para outros aderirem.

O novo plano de saúde SINDIFISCAL-BENEVIX-UNIMED começa a ser implementado neste mês de maio. As migrações e novas adesões serão feitas no sindicato, em Vitória, por dois representantes da Benevix.

Ao todo, 249 pessoas do plano atual com a Unimed serão beneficiadas com a nova tabela. O novo plano aceita como dependentes filhos solteiros; cônjuge ou companheiro; enteado (desde que seu pai ou mãe estejam no plano); e netos. Poderá ser feita a adesão de bisnetos, mas dependerá de aprovação pela Unimed. Em caso de falecimento do titular do plano, o pensionista dependente deverá requerer a condição de titular no prazo de trinta dias. No caso de filho divorciado, poderão ser aceitos pedidos caso a pessoa possua em seus documentos o nome de solteiro.

O auditor em atividade ou aposentado, que não tenha plano de saúde ou que faça parte de outro, poderá fazer adesão ao novo plano de 1º a 30 de junho de 2018, e dele não será exigido cumprimento de carência e nem taxa de adesão. Após, será cobrada a taxa de adesão equivalente ao valor de uma mensalidade no ato da contratação.

Na migração, o usuário do plano antigo deverá estar em dia com as mensalidades Unimed. Se tiver alguma negociação ou parcelamento, bastará comprovar.

Para quem ainda não é sindicalizado, é só se filiar.

Atenção!
O prazo para migrações e adesões vai até o dia 30 de junho de 2018.

Os diretores do Sindifiscal, Rogério, Zenaide e Geraldo, discutem com os representantes da Benevix, Rômulo e Alexandre, os últimos detalhes para migrações e novas adesões ao plano Sindifiscal-Benevix-Unimed.

Plano de Saúde Sindifiscal-Benevix-Unimed

Faixa Etária	Enfermaria	Apartamento	Diferença
Até 18 anos	148,80	215,80	67,00
19 – 23	166,67	241,71	75,04
24 – 28	191,63	277,93	86,30
29 - 33	210,86	305,77	94,91
34 – 38	248,80	360,76	111,96
39 – 43	286,10	414,91	128,81
44 – 48	371,89	539,34	167,45
49 – 53	483,47	701,15	217,68
54 – 58	647,93	939,59	291,66
Acima de 59	887,58	1287,18	399,60

O próximo reajuste do plano dar-se-á no mês de setembro de 2018.

Documentos e condições para adesão ao plano Sindifiscal-Benevix-Unimed

1.0Formulário de pedido de adesão ao plano*;

2.Formulário de pedido de cancelamento do plano antigo, se for o caso*;

(*Esses formulários poderão ser preenchidos e assinados no sindicato);

3.Cópia simples e legível dos documentos:

a)CPF;

b)Documento de Identidade (Carteira de Identidade; ou Carteira de Motorista, ou Carteira funcional, em que consta nº de identidade e CPF; etc.)

c)Último contracheque em que deve constar o desconto para o Sindifiscal (exigência da Benevix);

d)Cópia de comprovante de residência, em nome do titular ou do cônjuge, no qual deve constar o endereço e o CEP correto de moradia (recibo de luz; ou de água; ou telefone; cartão de crédito; banco, etc).

e)Cópia do contrato de aluguel, em caso de imóvel alugado;

f)Cartão do SUS, caso tenha;

g)Cópia simples dos cartões da Unimed do plano antigo (titular e dependentes);

h)No caso de união estável, cópia da declaração de união estável reconhecida em cartório. Caso não tenha a declaração, preencher modelo da Benevix e assinar com firma reconhecida em cartório.

i)Procuração, se for o caso, com firma reconhecida em cartório.

Convênio com Fucape para MBA

Ainda na política de parcerias, os sindicalizados e seus dependentes poderão obter descontos de 8% a 15% nas mensalidades dos cursos de pós-graduação (MBA) oferecidos pela Fucape Business School e cursos de extensão.

A faculdade está localizada em Vitória, na Avenida Fernando Ferrari, 1358, em frente à Ufes. Informações podem ser obtidas pelo telefone (27) 4009-4444 (opção 1), com Carla Mara Gomes, na Fucape.

Estão abertas as inscrições para os cursos MBAs em Tributação Empresarial e em Gestão e Controladoria Pública, entre outros treze oferecidos.

Assembleia aprova contas de 2017 e pauta reivindicações para 2018

Lei Orgânica do Fisco; PEC do teto; piso salarial; revisão anual inflacionária; reestruturação da carreira de Auxiliares Fazendários; privatividade de ocupação de cargos pelos auditores e regras de promoção e progressão são os principais pontos de reivindicação.

Em Assembleia Geral no dia 27 de março, os auditores fiscais discutiram e deliberaram sobre os dois pontos de pauta do edital de convocação: aprovação das contas do ano de 2017 e pauta de reivindicação.

O presidente do Sindifiscal, Carlos Camisão, falou do momento delicado das negociações e da necessidade de participação serena e inteligente de todos. O diretor Geraldo Pinheiro atualizou a plenária sobre o andamento das negociações com o governo.

Em relação ao primeiro ponto de pauta, o conselheiro fiscal Saulo Machado leu o parecer emitido pelo Conselho Fiscal sobre as contas de 2017. Submetido à Assembleia Geral, o parecer foi aprovado, com abstenção de apenas um dos presentes. Em relação ao segundo item, a Assembleia aprovou a sugestão de pauta formulada pelo Conselho de Gestão.

São elas: Abate-teto (encaminhamento de PEC de mudança do subteto do subsídio do governador para o do desembargador do TJ/ES; Campanha salarial 2018 (piso salarial de acordo com a média nacional e revisão geral anual, inclusive no subsídio do governador, com fixação de data-base para reposição das perdas inflacionárias, conforme o art. 37, X da CF e art. 32, XVI, da Constituição Estadual).

Também foram definidos como pontos de pauta a Lei Orgânica do Fisco Estadual; Reivindicações Normativas (reestruturação da carreira dos auxiliares fazendários; alteração na lei 737/2013, que organiza a carreira de auditores fiscais, para alterar as regras de promoção e progressão; reestabelecimento da privatividade da ocupação de cargos comissionados pelo auditor fiscal.

Ainda foram discutidos pontos propostos durante os debates e que foram acrescentados à pauta de reivindicação: Criação de comissão para estudar proposta de substituição da atual remuneração por subsídio por remuneração por vencimento; Verba indenizatória de auxílio-transporte; Regulamentação do teletrabalho; Turno único; Remuneração de 14º e 15º salários e Verticalização da tabela de remuneração.

Auditores Fiscais prestigiaram em grande número a primeira assembleia geral da nova diretoria.

Diretoria eleita para o triênio 2018 - 2020 discute com a categoria estratégias para busca das reivindicações aprovadas na assembleia.

Governo institui bônus de até R$ 6.545 por semestre aos auditores em atividade

O Governo do Estado, por meio do Projeto de Lei nº 089/2018, instituiu um Bônus por Desempenho aos auditores fiscais em atividade de até R$ 6.545,20 por semestre, condicionado ao alcance de indicadores de desempenho.

A Bonificação por Desempenho, segundo o secretário da Fazenda, Bruno Funchal, vem sendo pensada desde 2017, a partir das discussões do "redesenho de processos".

A Diretoria do Sindifiscal não participou dessa construção, pois vem tratando na mesa de negociação de soluções que contemplem a categoria. Especificamente em relação aos auditores fiscais na ativa, discute com o governo "aceleradores de progressão" e regulamentação da "progressão por desempenho" prevista no artigo 53, parágrafo primeiro, da Lei 737/2013.

Os diretores da entidade tomaram conhecimento do projeto do Bônus por Desempenho somente a partir de sua publicação no Diário Oficial.

> A diretoria vem negociando com o governo soluções que contemplem toda a categoria.

Além de aposentados e pensionistas, o Bônus não contempla auditores detentores de mandato de qualquer natureza, o que inclui diretores do Sindifiscal e colegas cedidos para órgãos do Executivo.

Os valores do Bônus por Desempenho:

- Não são vinculados à remuneração;

- Não integram qualquer vantagem ou benefício.

É vedada a Bonificação a:

- Auditores fiscais inativos;

- Ocupantes de mandato de qualquer natureza (o que inclui colegas cedidos para o Sindicato);

- Cedidos a outros órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo;

- Para exercício de mandato eletivo (representantes políticos).

Funchal: remuneração adequada dinamiza a Administração Pública

Sefaz perde quadros novos para outros concursos e auditores experientes com aposentadorias prematuras

O Secretário de Estado da Fazenda, Bruno Funchal, completa um ano na gestão da Secretaria e fala ao Ação Fiscal de suas experiências e expectativas: "um ano de muito aprendizado", como diz. "Particularmente tinha alguns receios pelo fato de não ter atuado em Administração Pública e de ter que lidar com prestações de contas, falando em nome da Fazenda e até do governo do Estado. Minha experiência passada com reguladores era, até então, com o Ministério da Educação (MEC) e com a CVM, como gestor de recursos".

Para Funchal, "a evolução foi boa" porque diversos projetos que acha "extremamente importantes foram realizados, como a cooperação fiscal, o GED, a lei de multas, a lei que criou o Código de Defesa do Contribuinte Capixaba e o Simplifica-ES". "Enfim, uma agenda importante que está evoluindo", destaca.

Luiz Cláudio defende mais investimentos em auditores fiscais

Ao falar das principais dificuldades na gestão, cita a de implementar programas de estímulo aos servidores. "A liberdade que temos hoje para estimular os servidores é muito pequena", diz, se referindo ao piso e ao teto remuneratório, que incentiva auditores fiscais e se aposentarem mais cedo do que pretendiam ou a não aceitarem convite para assumir cargos em comissão, o que gera muitas dificuldades para a gestão.

Sobre 2018, considera que será melhor, apesar das turbulências das eleições. "Olhando para a receita e a despesa, acho que vai ser bom. Esperamos um aumento de receita conjugado com uma despesa equilibrada, abrindo espaço para mais investimentos".

Quanto ao relacionamento com auditores e demais servidores, a avaliação também é positiva. "Sempre foi muito bom. É um clima bastante amigável e trabalhamos sempre no sentido de pensarmos as melhores ações com benefícios para os servidores, para a Secretaria e para o governo do Estado".

Funchal lembra que foi um ano de muitas discussões no trabalho, no âmbito do redesenho de processos, dificuldades encontradas na Secretaria e a consultoria do BID, que ajudou no redesenho. "Ela foi fundamental para que entendêssemos essas dificuldades e assim darmos um passo à frente na melhoria do funcionamento da Secretaria".

O secretário falou ainda das discussões com representantes da categoria sobre a "questão dos servidores". "Independente de salário, que está represado para todo mundo e sabemos que isso é um debate que estamos tendo e vamos continuar a ter, a questão do pessoal era um problema urgente. Então acho uma grande vitória termos conseguido nomear 35 auditores aprovado no último concurso público", avalia.

Secretário da Fazenda, Bruno Funchal, com o Presidente do Sindifiscal, Carlos Camisão, e com o Subsecretário de Estado da Receita, Sérgio Ricardo, na abertura do 14º Enif, em Vitória, em abril.

Sobre concursos, Funchal diz que "olhou muito mais para este ano" e que ao "chamar os 35 novos auditores deu uma tranquilizada", mas que vai reavaliar um concurso para 2019. "Todo ano o governo avalia as áreas que têm mais necessidade de realização de concursos. Com a nomeação dos 35 novos auditores, a Sefaz não entrou nesse grupo prioritário em 2018, mas sabemos que muitos auditores estão se aposentando. Por isso, acho que neste ano a Fazenda não entra com concurso, mas para 2019 a gente volta a discutir".

> "Acho que neste ano a Fazenda não entra com concurso, mas para 2019 a gente volta"

A respeito do ajuste fiscal, diz que acompanha a evolução das contas públicas em outros Estados e admite que o foco tem sido a redução da despesa: "A lógica de acompanhar a despesa mais de perto é basicamente pelo fato de que a receita é muito volátil, enquanto a despesa é muito fixa. Assim, quando estamos em um período de queda muito aguda da receita é preciso dar um pouco de flexibilidade para a despesa. Então, assim, a curto prazo, é muito importante olhar a despesa porque você tem que reagir rápido. Mas a longo prazo, a receita é importante".

No campo da sonegação, Funchal ressaltou o trabalho da Tecnologia de Informação e o laboratório de auditoria forense digital implantado na Secretaria. "Nosso universo de auditoria vai sair de um universo pequeno, que era o que dava para fazer com os recursos diponíveis, para todo um universo, a partir de uma mineração de dados dentro da Sefaz".

No caso da Reforma Tributária, admite a dificuldade, pois os Estados têm medo de perder receita. Esse é o maior problema, entendeu? Historicamente, a União aumentou muito sua arrecadação, em detrimento dos Estados. Aí qualquer tipo de mudança em termos de Reforma Tributária gera muito medo de se perder ainda mais. Eu gosto da reforma no sentido da simplificação. Não precisa reduzir a carga. Só de ter a simplificação seria bom", pontua. O secretário falou também sobre a divisão dos profissionais da Sefaz em dois quadros. "As duas carreiras são extremamente importantes. Uma tem foco na receita, outra na despesa. São carreiras que se complementam. Mas o mais importante é que ambas têm o objetivo comum, que é a melhor gestão para o Estado. Então é muito importante que haja uma integração, cada vez maior, das duas carreiras", finalizou.

> "Nosso universo de auditoria vai sair de um universo pequeno"

Vitória reúne unidades de inteligência contra fraudes fiscais estruturadas

O Encontro Nacional de Inteligência Fiscal (ENIF) teve o objetivo principal de congregar os órgãos de inteligência dos Estados brasileiros e da União.

Vitória sediou nos últimos dias 11, 12 e 13 de abril o 14º Enif (Encontro Nacional de Inteligência Fiscal). Com o tema "Fraudes Fiscais Estruturadas - um Desafio Nacional", o Enif teve a participação das unidades de inteligência das Secretarias da Fazenda dos 26 Estados brasileiros, mais o Distrito Federal.

No Espírito Santo, o evento do Sistema de Inteligência Fiscal (SIF) foi organizado pelo auditor fiscal e coordenador do Núcleo de Estudo e Pesquisa (NEP), Paulo Mazzoco, com apoio da Receita Estadual, Sindifiscal, entre outras entidades.

O dia de abertura, realizado no hotel Golden Tulip com representantes de outras dezenas de instituições que também lidam direta ou indiretamente no combate às fraudes, foi prestigiado por 172 pessoas (52 a mais do que o esperado). O secretário de Estado da Fazenda, Bruno Funchal; o subsecretário de Estado da Receita, Sergio Ricardo e o presidente do Sindifiscal, Carlos Camisão, estiveram presentes.

"As fraudes fiscais estruturadas afligem todos nós: auditores, sociedade e os bons empresários", declarou Paulo Mazzoco no encontro.

Já os dias 12 e 13 foram restritos aos integrantes das unidades de inteligência, que se reuniram na sede da Sefaz. "Para mim o conteúdo dos temas abordados foi o que ficou de mais importante. As fraudes fiscais estruturadas afligem todos nós: auditores, sociedade e os bons empresários", declara Paulo Mazzoco.

Segundo ele, o principal aspecto que se buscava com a realização do evento é justamente fazer com que todos tivessem um melhor conhecimento sobre o tema fraudes fiscais estruturadas - um desafio nacional. "O Enif em Vitória superou bastante as expectativas. Os colegas dos outros Estados gostaram demais das instalações da Sefaz, elogiaram o secretário pela presença e possibilitaram uma interlocução muito importante", finaliza o auditor.

O próximo Enif acontecerá em Cuiabá (MT), no ano que vem.

Geraldo Pinheiro, diretor financeiro do sindicato, foi um dos palestrantes. Junto com Paulo Mazzoco e outros auditores, desenvolveu na SEFAZ-ES o Núcleo de Estudo e Pesquisa (NEP).

Camisão participa de lançamento da Reforma Tributária Solidária

O presidente do Sindifiscal, Carlos Camisão, participou no dia 25 de abril do lançamento da Reforma Tributária Solidária, em Brasília.

O movimento, organizado pela Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital) e Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), tem o objetivo de apresentar ao país caminhos para enfrentar a desigualdade social e promover o desenvolvimento, por meio da justiça fiscal.

> "A distribuição da renda é benéfica ao crescimento porque amplia o mercado interno"
>
> Charles Alcantara
> Presidente da Fenafisco.

Além de auditores fiscais, o evento teve a participação de 26 parlamentares de mais de dez partidos, entre eles o deputado federal capixaba Paulo Foletto (PSB), economistas, fazendários, tributaristas e entidades representativas do serviço público.

Na oportunidade, foi apresentado o Manifesto do projeto Reforma Tributária Solidária contendo comparações com outros países e oito premissas para mudanças, com foco na progressividade tributária.

O texto traz um diagnóstico do sistema tributário brasileiro e aponta seu principal problema: a regressividade. "Este é um trabalho que tem o viés da eficiência", afirmou o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), relator da Reforma Tributária na Câmara. Enquanto os países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm em média uma tributação de 32,4% nos bens de consumo e serviços, o Brasil cobra 49,7%.

"A regressividade da tributação é uma das razões da perversa distribuição de renda no Brasil", disse Carlos Camisão, presidente do Sindifiscal.

Matéria Especial

Auditores enchem as galerias da Assembleia

Vinte e dois deputados votaram pela manutenção do teto remuneratório de R$ 22.993 para janeiro de 2019

Por 22 votos favoráveis e dois contrários, os deputados estaduais derrubaram na tarde desta segunda-feira (14) o veto de Paulo Hartung (MDB) ao reajuste do salário de secretários, vice-governador e governador este último que serve como teto para os subsídios do funcionalismo público estadual.

A partir de janeiro de 2019, auditores fiscais, oficiais da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, delegados e também médicos, que lotaram as galerias da Assembleia Legislativa (Ales) durante o pleito, passarão a ter o teto remuneratório de R$ 22.998,73 (contra os R$ 20.408,85 atuais). O reajuste foi fruto do Projeto de Lei (PL) 85/2018, de autoria da Mesa Diretora da Ales, da qual faz parte a deputada Janete de Sá, uma defensora dos interesses dos auditores fiscais no Legislativo.

Para a deputada, o reajuste foi mais do que merecido. Em sua visão, um ato de justiça para com os servidores. "Isso que fizemos foi justiça (...) Cada deputado aqui que votou pela derrubada do veto compreendeu a importância do momento para fazer justiça para essas categorias que há muito tempo não veem reajuste e têm seu vencimento cortado", frisou a parlamentar.

Somente os deputados Rodrigo Coelho (PDT), por sua posição de líder do governo na Ales, e Sergio Majeski (PSB), por figurar como opositor de Hartung no Legislativo, votaram pela manutenção do veto ao reajuste. Entretanto, ambos compreenderam a importância do PL para a garantia do direito das categorias envolvidas.

"Ficou claro que algumas carreiras já atingiram o teto e não conseguem gozar dos aumentos salariais oferecidos aos servidores do Estado por estarem limitadas ao teto do salário do governador", comentou Coelho. Entre os presentes, apenas Erick Musso (PRB), presidente da Ales, se absteve da votação. O deputado Nunes (PT) faltou à sessão ordinária por motivos de saúde, mas pediu registro de seu voto pela derrubada do veto.

Em breve, todos os parlamentares que votaram pela derrubada do veto receberão ofícios de agradecimento da Diretoria do Sindifiscal em nome de toda a categoria.

Reconhecimento aos parlamentares pelo apoio:

Almir Vieira (PRP)
Amaro Neto (PRB)
Bruno Lamas (PSB)
Da Vitória (PPS)
Dary Pagung (PRP)
Dr Hércules (MDB)
Eliana Dadalto (PTC)
Enivaldo dos Anjos (PSD)
Esmael Almeida (PSD)
Freitas (PSB)
Gildevan Fernandes (PTB)
Gilsinho Lopes (PR)
Jamir Malini (PP)
Janete de Sá (PMN)
Jose Esmeraldo (MDB)
Luzia Toledo (MDB)
Marcelo Santos (PDT)
Padre Honório (PT)
Rafael Favato (PEN)
Raquel Lessa (PROS)
Sandro Locutor (PROS)
Theodorico Ferraço (DEM)

Veja também:

As reuniões com os parlamentares
PÁGINA 9

PEC: a solução definitiva para o teto
PÁGINA 10

Janete: "Uma vitória dos auditores, oficiais, consultores e delegados!"

Nos últimos dois meses, os diretores do Sindifiscal e a deputada Janete de Sá estudaram estratégias para envolvimento dos deputados em busca de solução para o problema do teto.

Foram mais de cinquenta reuniões dos diretores nos gabinetes dos deputados e outras dependências da Assembleia Legislativa.

No início havia pouca expectativa de que o veto pudesse ser derrubado, fato incomum em assuntos importantes, em que prevalece a decisão do Poder Executivo.

"Houve muita conversa entre Executivo e Legislativo nesse caso", explicou Janete em seu discurso.

"Hoje foi uma tarde de vitória dos auditores, dos oficiais do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, dos consultores, dos médicos e delegados, que têm remunerações cortadas por conta do teto.

Não é penduricalho, é a remuneração que é cortada. Servidores abnegados que viram chefe e não recebem um centavo. Aposentados e pensionistas cerceados do direito de ter o mesmo reajuste que os demais servidores tiveram", disse

Dias antes da votação, os diretores do Sindifiscal Carlos Camisão, Geraldo, Zenaide e Rogério, e o colega Elcio Uliana, se reuniram com Janete de Sá para traçarem as últimas estratégias para a votação.

União inédita entre carreiras de Estado pode ser mudança de paradigma para futuras negociações com o governo

Da esquerda para direita, o delegado da Polícia Civil Rodolfo Laterza; os diretores do Sindifiscal Geraldo Pinheiro e Carlos Camisão; o representante dos médicos, Luiz Valim; o tenente-coronel da Polícia Militar, Rogério; e o coronel André do Corpo de Bombeiros ao lado de Zenaide e Rogério, do Sindifiscal.

Os diretores do Sindifiscal avaliam que a união entre as representações associativas e sindicais das carreiras de Estado no Espírito Santo, neste momento, significou um marco histórico nas negociações com o governo e com a Assembleia Legislativa.

O tenente-coronel Rogério, da Policia Militar, assim resumiu o pensamento dos que participaram do processo nessas negociações com os deputados: "Parabéns a todos. Espero que adiante caminhemos juntos nas próximas demandas, entre elas o piso único".

"Bastante pedagógica essa experiência[sobre as inúmeras reuniões com os deputados]. Vamos nos manter coesos e em contato. Temos mais desafios pela frente", expressou o coronel Cerqueira, da Defesa Civil Estadual.

Camisão: "A união das carreiras típicas de Estado é o caminho"

O presidente do Sindifiscal, Carlos Camisão, considera um momento histórico as discussões travadas entre representantes das carreiras típicas de Estado em torno de interesses comuns: "É uma política que precisamos construir e cultivar daqui para frente. Temos aspectos que muitos nos diferenciam, mas temos, por outro lado, muitos interesses comuns. E nesses interesses comuns precisamos concentrar esforços em busca de melhores condições de trabalho e de salários; para que estejamos estruturados para trabalharmos em prol de uma sociedade organizada, desenvolvida e justa".

A expectativa dos que participaram neste processo é de organização de uma pauta comum e da construção de negociações coletivas com o governo estadual no Espírito Santo.

Camisão: "Precisamos concentrar esforços em busca de melhores condições para trabalharmos juntos pelo Estado e pela sociedade".

Deputados estaduais enfatizam papel dos auditores para o equilíbrio fiscal

Nos discursos, os parlamentares ressaltaram o papel desempenhado pela carreira do Fisco.

Gilsinho Lopes (PR) destacou que apesar de sua importância, "na hora de receber o que é de direito deles são cerceados. Muitos renunciaram a cargos de chefia em razão de abate-teto", disse.

Enivaldo dos Anjos (PSD) lembrou que "os servidores da Fazenda são responsáveis pelo sucesso do crescimento da arrecadação".

"Se tem uma classe que merece ser bem remunerada, por concurso qualificado e por lidar com arrecadação, é a dos auditores fiscais", reiterou Da Vitória (PPS).

Gildevan (PTB) destacou o trabaho do Fisco para superação da crise no Espírito Santo: "Foram essenciais para isso".

O deputado Marcelo Santos também enalteceu a importância das carreiras de Estado para o ES.

Veja as fotos...

O diretor financeiro Geraldo Pinheiro conversa com o deputado Marcos Bruno.

Janete de Sá explica projeto para o deputado Hércules Silveira.

Bruno Lamas foi um dos primeiros a apoiar o movimento.

Padre Honório também falou sobre a Reforma Solidária.

Rafael Favatto recebe as categorias.

Amaro Neto e Esmael firmaram apoio ao projeto.

Jamir Malini escuta os argumentos dos diretores do Sindifiscal.

Deputados reparam injustiça histórica contra as carreiras de Estado no ES

O teto remuneratório dos servidores do Poder Executivo no ES estava praticamente congelado desde 2011.

Auditores Fiscais demonstraram força e unidade e compareceram em peso na Assembleia Legislativa: "Uma consquista pela participação".

A Assembleia Legislativa do Espírito Santo, por meio de seus 22 deputados estaduais que votaram pela manutenção de novo patamar de subsídio para o governador do Estado para 2019, reparou injustiça histórica contra os servidores das carreiras típicas de Estado, que levam de 20 a 30 anos para atingirem remuneração de final de carreira, mas que é cortada a título de abate-teto.

Em janeiro de 2011, no governo Casagrande, o teto dos servidores foi fixado em R$ 18.600. Foram concedidos os seguintes reajustes: Mar/11: 5,5%; Abr/12: 4,5%; Jun/13: 4%; Abr/14: 4,5%, resultando acúmulo de 19,8%.

O percentual de 4,5%, concedido em abril de 2014, foi repassado ao subsídio do governador, que passou de R$ 18.600 para R$ 19.437.

No final do governo Casagrande, havia acordo, ao menos com o Fisco, de que o restante dos percentuais concedidos aos servidores seriam repassados ao subsídio do governador, o que elevaria o teto para aproximadamente R$ 23.000 no início do governo Hartung, em 2015.

No entanto, logo após vencer as eleições, e antes mesmo de assumir, Hartung, com a alegação da crise nas finanças, decidiu congelar o subsídio em R$ 19.437.

Dessa forma, servidores que chegam ao final de suas tabelas de remuneração, mantiveram salários congelados (abate-teto) de 2011 a 2018. Somente em abril deste ano, Hartung concordou em reajustar o teto com os 5% dados aos servidores, totalizando R$ 20.408.

Não se trata de reajuste, mas de atualização referente a índices já concedidos aos demais servidores

Por isso, a emenda no PL 085/90, passando o subsídio do governador para aproximadamente R$ 23.000.

No Espírito Santo, o subsídio do governador é utilizado como instrumento de contenção da remuneração dos servidores do Poder Executivo, diferentemente de outros Estados. A quase totalidade deles adota teto único remuneratório para os servidores dos três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

É prerrogativa da Assembleia Legislativa fixar, de quatro em quatro anos, o subsídio do governador no próximo mandato. Por isso, a fixação do subsídio para janeiro de 2019 não se aplica ao governador atual e nem aos seus secretários. Ademais, o índice de aproximadamente 13% que reajustou o valor do subsídio do governador a partir de 2019 é simplesmente a soma dos índices concedidos aos servidores públicos nos últimos anos. Não há que se falar que a função de governador recebeu reajuste maior do que os demais servidores em 2018.

Essa política de teto acarreta sérios impactos à gestão. Por exemplo, faz com que oficiais de patente menor ganhem mais que oficiais de patente maior; servidores se recusem a assumir cargos comissionados, pois recebem menos por isso; servidores em altos cargos de gestão percebam menos que seus colaboradores, e etc.

A solução definitiva é o Teto Único para os três Poderes (PEC),como nos outros estados.

O veto, apreciado na segunda-feira (14), certamente foi discutido entre o governador Paulo Hartung, que parece ter também compreendido o problema, e o líder do governo Rodrigo Coelho, que deixou a bancada livre para votar.

Esse novo teto, de aproximadamente R$ 23.000, valerá a partir de janeiro de 2019 e ameniza o problema agora.

A solução definitiva seria um teto único para os servidores dos três poderes, como adotada em praticamente todos os Estados brasileiros. Não se justifica que servidores dos poderes Legislativo e Judiciário tenham um teto, e os do Executivo outro. Não há justificativa para que um governador de Estado tenha remuneração menor que um deputado, um desembargador, procurador, auditor do TCE, etc.

Sobre a repercussão nos demais servidores públicos, importante argumentar que não se trata de aumento no salário do governador, mas de recomposição do teto remuneratório com mesmos índices de reajuste já concedidos aos servidores em geral. Ou seja, questão de justiça.

O novo teto valerá a partir de janeiro de 2019

Pelos sindicatos

Sindicatos comemoram o Dia do Trabalho

Milhares de pessoas saíram às ruas de todo o país no dia 1º de maio para protestar por melhores condições de trabalho, manutenção dos direitos sociais e também pedir fortalecimento da democracia no Brasil. No Espírito Santo, houve protestos na capital Vitória. Também foram registradas manifestações no RJ, PR, CE, AL, MT, GO, entre outros. O 1º de maio simboliza a vitória de uma greve histórica ocorrida em Chicago, em 1886, quando mais de 1 milhão de trabalhadores foram às ruas pedir redução da jornada de trabalho (antes de 14 horas) e condições dignas de emprego. Dezenas de trabalhadores foram mortos e outras centenas ficaram feridos em um ataque de repressão ao movimento.

Marcha contra a terceirização na saúde e em defesa do SUS no Espírito Santo

Servidores públicos, integrantes de movimentos sociais e trabalhadores de diversas categorias tomaram as principais avenidas do Centro de Vitória no dia 5 de abril, engrossando a Marcha da Saúde. Puxada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Saúde no Estado (Sindsaúde), a manifestação mostrou insatisfação com os 5% de reajuste anunciados pelo governo e com a terceirização e precarização de serviços nos hospitais estaduais.

Sinafresp avança na PEC do teto em SP

Sob o lema "São Paulo em último lugar: Estado tem o pior teto remuneratório do país", os servidores públicos paulistas conseguiram a aprovação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 5, que vincula o salário ao dos desembargadores do STF (Supremo Tribunal Federal). O Sinafresp (Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo) foi uma das entidades que reforçaram a campanha de aprovação da PEC.

Paris, Maio de 68: 50 anos

Estudantes e trabalhadores sacudiram a França!

"Antes de o professor entrar na sala entrava um bedel com um bastão, batia no chão e anunciava o professor. Todos as alunos ficavam em pé. A França era uma sociedade bloqueada. Desbloqueou". Fernando Henrique Cardoso lecionava sociologia na Universidade de Nanterre, em Paris, e foi um expectador privilegiado.

É maio de 68, começam os conflitos de rua em Paris e pelo mundo afora.

Em maio de 1968, estudantes e operários em Paris protagonizaram movimento símbolo de transformações comportamentais, sociais e políticas na segunda metade do século XX.

"O espírito de 68 é o desejo de liberdade. Essa foi a matriz do movimento, revelaria o líder Daniel Cohn-Bendit, que veio a ser deputado ecologista pela Alemanha e pela França. "A imagem que permanece é o grito de milhares de pessoas nas ruas: "todos nós somos judeus alemães", sejam negros, judeus, árabes, brancos ... simboliza esse espírito de solidariedade multirracial da época".

"Daniel era meu aluno de graduação, um dos 200 que frequentavam o auditório", lembra Fernando Henrique em entrevista ao O Globo, em 2008. "Algumas pessoas falam pelo olhar. Eu olhava para uma moça, que era bonita e tinha expressão, e para o Bendit. O professor falava e os alunos ouviam. Ninguém contestava. Depois mudou". "O formalismo na academia francesa era insuportável, havia uma distância enorme entre alunos e professores".

No primeiro trimestre de 1968, tudo parecia calmo nas universidades francesas, menos a Universidade de Paris-Nanterre, como fala Michel Thiollent. "Assistia-se a outras revoltas no mundo. Na Alemanha, a contestação estudantil com crítica radical ao sistema educacional. Nos Estados Unidos, a rejeição à Guerra do Vietnã, contra a concepção de pesquisa a serviço do complexo militar e o recrutamento de estudantes para a guerra. Na China, a luta dos estudantes era contra a propriedade privada dos conhecimentos.

> "O espirito de 68 é o desejo de liberdade."
>
> Daniel Cohn-Bendit
> Liderança do Maio de 68

Em 2 de maio, começou a reação estudantil contra a repressão aos estudantes que ocuparam a Universidade de Nanterre. O confronto inevitável, com paralelepípedos arrancados das calçadas contra gás lacrimogêneo e cassetetes dos policiais, numa luta simbólica sem feridos à bala e sem mortes. Carros incendiados, principalmente pela polícia, para produzir efeito negativo ao movimento na opinião pública.

O salto em qualidade veio em 10 de maio, quando milhares de operários e assalariados da classe média começaram a entrar em greve e em poucos dias chegaram a dez milhões de grevistas, manifestações de rua de tamanho não visto após a Segunda Guerra. A combinação estudantes e trabalhadores foi o motor do Maio de 68, cada um com suas reivindicações: liberdade sexual de um lado; melhores salários de outro...

Na França, os cinquenta anos do Maio de 68 começaram em janeiro deste ano de 2018, com um vasto programa que rememora um movimento. Para Daniel Cohn-Bendit, passou: "Acabou, passou, o mundo mudou", e hoje quer escrever sobre sua história pessoal com o futebol, que começou aos cinco anos de idade. "Sobre 68 não falo mais".

A foto que varreu o mundo e mudou o destino do estudante Dany, que hoje se dedica a escrever sua história no futebol: "Passou. O mundo mudou".

Sindifiscal conquista importante vitória para grupo de aposentados

A ação de Mandado de Segurança nº 024.080.323.694, movida pelo departamento jurídico foi julgada procedente pela 4ª vara da Fazenda Pública Estadual de Vitória.

A ação, em favor de oito filiados aposentados, com o objetivo de impedir a devolução ao IPAJM de valores que o instituto passou a descontar a título de abate-teto, foi julgada procedente pelo juízo da 4ª vara da Fazenda Pública Estadual de Vitória.

O Mandado de Segurança impetrado teve por objetivo fazer com que o IPAJM cessasse o desconto sobre os proventos de aposentadoria que vinham sendo pagos de forma integral até o mês de dezembro de 2003, quando foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 41, limitando a remuneração/proventos dos servidores públicos estaduais ao valor do subsídio do governador do Estado.

Ocorre que os impetrantes se aposentaram em data anterior à referida EC, com proventos constituídos de vencimentos e vantagens pessoais, cujo somatório ficava acima do teto do chefe do Executivo, mas recebidos de acordo com ordenamento jurídico anterior e, portanto, de boa-fé.

Esta foi a tese defendida pelo sindicato, reconhecida na ação mandamental, de modo que a decisão favorável aos servidores já está sendo cumprida e o desconto correspondente a 20% de suas remunerações brutas mensais deixaram de ser efetuados. Eles ainda estão recebendo de volta os valores indevidamente descontados.

Jacques Baiense, quarto da esquerda para direita, foi um dos beneficiados no mandado de segurança. Na foto, com os colegas Milton, Ângela, Demuner, Camisão, Bonella, De Martin, Cleres e Mauro Deserto.

O processo agora seguirá para o Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso de apelação já interposto pelo IPAJM, onde aguardamos que seja mantida a sentença favorável aos servidores, no sentido do que defende o sindicato. Este também é o entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em julgamento de questão idêntica.

Sindipúblicos entra com recurso especial para retroativo do Auxílio - Alimentação

O processo em que o Sindifiscal requer o pagamento retroativo do auxílio-alimentação segue no aguardo do desfecho do Processo nº 0016938-18.2016.8.08.0000 (proposto pelo Sindipúblicos). Nesse processo, o Tribunal de Justiça do Estado decidiu que seria dada a interpretação acerca da matéria a ser seguida em todos os demais processos em âmbito estadual.

O Tribunal de Justiça, por maioria de votos, decidiu de maneira desfavorável aos servidores quanto ao pagamento dos valores retroativos.

No entender da maioria dos desembargadores, depois que algumas categorias de servidores públicos passaram a receber por subsídio (em parcela única), equivale dizer que o valor das parcelas anteriores (vencimento-base, outras parcelas e, inclusive, o auxílio-alimentação), foram incorporados a ele.

Consta no acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça e publicado no dia 28 de março deste ano que "a opção pela percepção de remuneração por subsídio em valores mais vantajosos financeiramente representa absorção do auxílio-alimentação pela nova modalidade de remuneração, porquanto o aludido auxílio foi, por óbvio, considerado na fixação do novo regime remuneratório, tanto é que a migração para a nova forma de remuneração se deu voluntariamente", e conclui que: "... é descabida a afirmação de inconstitucionalidade na renúncia do auxílio quando da mudança da forma de remuneração, com base na simples premissa de ser verba indenizatória e, por conseguinte, possível a cumulação com o subsídio".

O Sindipúblicos ingressou com recurso de embargos de declaração, ainda não julgado, e já informou que, em seguida, deverá ingressar com recurso especial ou eventualmente um outro recurso cabível.

Sindifiscal reverte abate-teto sobre proventos de aposentadoria e pensão

A juíza da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Estadual de Vitória assegurou, em março deste ano, a incidência do teto remuneratório constitucional de forma isolada entre os rendimentos de aposentadoria e pensão por morte recebidos por um mesmo filiado. A decisão também é válida para novos casos que possam surgir em relação aos membros do Grupo TAF.

Desde julho de 2015, o IPAJM alegava que deveria incidir abate-teto sobre o somatório dos rendimentos de aposentadoria e pensão por morte de 22 filiados do Sindifiscal, por conta de recomendação expedida pelo Tribunal de Contas do Estado.

Ao tomar conhecimento, o Sindifiscal impetrou ação de mandado de segurança coletivo, com pedido de liminar, no qual argumentou que a aposentadoria e a pensão por morte possuem natureza jurídica e origem distintas. Portanto, não poderiam ser somadas para fim do teto constitucional. Foi concedida a liminar, que foi posteriormente revogada por decisão do Tribunal de Justiça e agora reformada pela Fazenda Pública Estadual.

Toffoli nega seguimento a recurso do Estado sobre a Trimestralidade

Os processos da "Ação da Trimestralidade" do Grupo TAF estão suspensos aguardando decisão do Supremo Tribunal Federal que repercutirá em outras ações.

O Estado do Espírito Santo sofreu mais um revés no STF (Supremo Tribunal Federal) referente a processos da chamada trimestralidade.

Desta vez, o Ministro Dias Toffoli, atual relator do processo de trimestralidade envolvendo os procuradores do Estado, decidiu monocraticamente no dia 9 de abril negar seguimento a mais um recurso interposto pelo Espírito Santo (o quarto apreciado pelo STF no mesmo processo). Nesse recurso (embargos de divergência), que não foi admitido pelo STF, o Estado pretendia o reexame da matéria sob a alegação de que a decisão favorável aos servidores estaria em contradição com outros julgamentos do STF.

O ministro rejeitou os embargos e manteve a decisão que, como dito, é até o momento favorável aos servidores e não pode ser desconstituída, pois já transitou em julgado (esgotadas as possibilidades de recurso).

Este processo (RE 729631) em favor de procuradores do Estado, é o que está com tramitação mais adiantada nos Tribunais Superiores e servirá de paradigma para os demais processos de trimestralidade em tramitação, inclusive os do Grupo TAF.

O ministro do STF, Dias Toffoli, rejeitou os embargos e manteve a decisão favorável aos procuradores do estado do Espírito Santo.

Confira os doze processos da Trimestralidade do Grupo TAF

200.970.000.085
200.020.000.192
200.970.000.416
200.900.000.171
200.020.000.804
200.960.000.269
200.970.000.077
200.970.000.069
200.990.000.578
200.970.000.515
200.970.000.028
200.020.000.804.

Diretoria Jurídica atuou na conquista do reajuste de 5% para aposentados sem direito à paridade e à integralidade

Os servidores aposentados sem direito à paridade também foram contemplados com reajuste do valor de seus subsídios em patamar igual aos servidores com paridade neste ano de 2018 (5% para ambos os casos). Eles também estavam desde o ano de 2014 sem qualquer reposição salarial.

O direito foi assegurado por lei, após interferência do Sindifiscal que, além de encaminhar ofício ao presidente executivo do IPAJM, solicitou e foi recebido por ele em audiência - oportunidade em que foi narrado o problema de uma parcela da categoria que não tem direito à paridade e que também deveria ser contemplada com o reajuste. Houve sensibilidade por parte do presidente do IPAJM, que encaminhou a questão para o governo, que estendeu a reposição também para esses servidores aposentados.

A diretora jurídica Zenaide Tomazelli junto com o presidente Carlos Heugênio Camisão e o advogado Gilmar Lozer se reuniram com o presidente do IPAJM, Anckimar Pratissolli, para peticionarem em favor dos servidores aposentados sem paridade e integralidade.

Justiça finaliza julgamento da devolução do IPAJM

O processo referente à devolução do desconto da contribuição previdenciária dos servidores do Fisco Estadual (nº 0025491-60.2008.8.08.0024) teve decisão proferida pelo Juiz responsável no dia 15 de março. O magistrado, resolvendo questões ainda pendentes, suscitadas por herdeiros de servidores falecidos, decidiu que *"os valores devidos aos beneficiários já falecidos ficarão à disposição dos Juízos das Sucessões (e sejam pagos apenas se houver ordem nesse sentido), devendo os procedimentos de habilitação de herdeiros ocorrer diretamente nos autos do Precatório", e ainda que, após "nada sendo requerido, e com a comunicação de publicação da Portaria do Setor de Precatórios".*

Assim sendo, não há mais nada a ser decidido no processo. Conforme acompanhamento do Jurídico, toda a documentação exigida já foi providenciada, restando apenas ao juiz promover a assinatura dos expedientes necessários para o encaminhamento das RPVs ao Secretário da Fazenda e a solicitação de formação do precatório dirigida ao Presidente do TJES.

Ação do crédito rotativo tem novo andamento

Em abril, o Sindifiscal protocolou petição apresentando a listagem complementar dos servidores com direito à devolução dos juros e encargos do crédito rotativo.

Todos os extratos que foram entregues ao sindicato já se encontram no processo (total de 433), para continuidade da execução.

O Estado ainda não foi intimado do novo rol de executantes, mas o sindicato aguarda que isto se dê em breve e que o juiz determine o cumprimento da decisão favorável aos servidores já proferida e apresente os valores atualizados para homologação dos cálculos e pagamento. Os valores de até R$ 14.464,89 serão pagos por meio de RPV (Requisição de Pequeno Valor), sem formação de precatório.

Achiamé participa de lançamento de livro sobre Jerônimo Monteiro

"Alguém já disse: a recordação é o sol dos mortos. Ao celebrar a memória de Jerônimo Monteiro e Maria Stella de Novaes somos como que raios de luz. Ao recordá-los nós os iluminamos"

O historiador e auditor fiscal da Receita Estadual aposentado, Fernando Achiamé, participou do lançamento do livro "Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra", na noite do dia 26 de março, no Palácio Anchieta, junto a outros 450 presentes. A edição, que enumera os feitos de um dos governadores mais marcantes da política do Espírito Santo, é uma versão ampliada da original (1979) escrita pela historiadora Maria Stella de Novaes.

Em sua fala, Achiamé destaca a importância da preservação histórica. "Qual o segredo da permanência do seu nome no imaginário dos capixabas, numa posição de pai-fundador arquetípico do nosso Estado? Nenhuma ação de marketing, mesmo antes dessa palavra possuir o sentido agora usado, e nenhuma campanha de autopromoção [e ele foi pródigo nisso] sustentariam a continuada presença de seu nome, de maneira tão positiva e por tantas décadas, na história capixaba", discursou.

> Jerônimo Monteiro soube diagnosticar as necessidades de seu Estado e aplicar as medidas corretas para satisfazê-lo.
>
> Fernando Achiamé
> Historiador e Auditor Fiscal

Segundo Achiamé, nos quatro anos do seu mandato, Jerônimo Monteiro conjugou o binômio paz e progresso. "Ele pacificou e uniu os capixabas em torno de um ideal comum – o engrandecimento da nossa terra. E empreendeu desmedidos esforços para modernizar o Estado, para 'atualizar' o Espírito Santo nos campos da economia, das conquistas sociais, das práticas políticas. Esse é o segredo jeronimista – paz e progresso, ou 'paz e bem' para usarmos a antiga saudação dos franciscanos, seculares guardiões do morro e da ermida da Penha, símbolo maior da nossa terra", sustentou o auditor fiscal aposentado.

Memória do Fisco

Seu Anacleto aproveitou sua visita para conferir o acervo fotográfico do sindicato e relembrar fatos de sua vida funcional.

No último dia 19 de abril, Seu Anacleto compareceu ao Sindifiscal para aderir ao novo plano de saúde. Ele entrou para o Fisco na década de 70. Fez o concurso público em junho de 1972 e ficou classificado em terceiro lugar. Assumiu em 1973 e foi lotado em Colatina. No mesmo ano veio para Vitória porque sua mulher esperava o primeiro filho.

Em Vitória, trabalhou em vários postos fiscais, até conseguir um trabalho interno no Departamento de Arrecadação. No ano de 1978, assumiu a chefia, onde ficou até se aposentar.

Deixou a carreira ativa do Fisco em 1988. "Me aposentei, mas os amigos não queriam que eu saísse. A turma era muito boa, tínhamos uma amizade profunda", contou com saudosismo.

Mas, ainda assim, teve que continuar lutando para formar os cinco filhos, que hoje lhe são motivo de orgulho. "Todos conseguiram passar na UFES com distinção", conta. Mas para sustentar essa turma toda, mantinha uma quitanda em Paul, e sua mulher, Zilma, costurava. "E consegui vencer!".

Aos 92 anos, era o morador mais antigo do bairro Paul, em Vila Velha, onde residiu por 60 anos. Esbanjando alegria, ele garantiu numa entrevista à TV Gazeta que a receita da vitalidade é fazer exercícios físicos e cuidar da alimentação. "O que mais queria na vida era formar e dar uma vida tranquila para meus filhos. Realizei meu sonho".

Uma semana depois da visita, Seu Anacleto veio a falecer. Mas eternizou em todos sua simpatia e alegria de viver.

Novas filiações em curso!

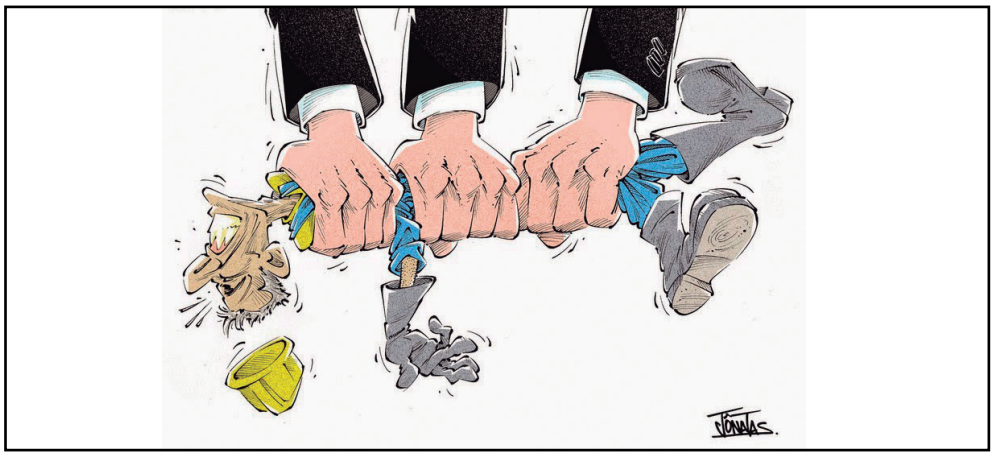
Urias lembrou do apoio que tiveram da diretoria do sindicato na época: "foi fundamental para que fossemos admitidos na SEFAZ".

Urias, em visita ao sindicato para se filiar, contou sobre o esforço feito por colegas de sua geração para serem admitidos após aprovação no concurso: "O trabalho era tão sério e bem visto que muitas vezes éramos ajudados financeiramente por outros aprovados, que somente nos conheciam por meio da internet ou telefone. Conseguimos sucesso em nossa empreitada".

Dalila Oliveira Rosa, mineira de Cuieté, é a mais jovem sindicalizada. Pensionista, ao 96 anos, demonstra sua atitude participativa ao engrossar as fileiras do Sindifiscal.
Seja muito bem vinda e conte sempre conosco!

Artigo

A Falácia do Ajuste Fiscal no Brasil



Na filosofia em Aristóteles, a falácia pode ser entendida como um pensamento falso divulgado como verdadeiro com a intenção de enganar pessoas. A forma com que o tema do ajuste fiscal tem sido apresentado para a população brasileira, pelos governos e meios de comunicação, ilustra bem a ideia de Aristóteles de "falácia formal", mais fácil de ser identificada que a "falácia informal". A expressão "ajuste fiscal" está associada ao significado de ajuste de receitas e despesas, em busca de igualdade. Assim como as despesas públicas não podem ser superiores às receitas, do mesmo modo as receitas públicas não podem ser superiores às receitas, o que configuraria "confisco". A falácia, quando se trata do assunto no Brasil, reside na associação de ajuste fiscal exclusivamente à diminuição de despesa, tendo como uma das vias o encolhimento da remuneração dos servidores públicos e do próprio tamanho do serviço público.

> A falácia, quando se trata de Brasil, reside na associação de ajuste fiscal exclusivamente à diminuição de despesa.

Ora, o Estado não passa de um grande condomínio. Se o salário dos porteiros e demais trabalhadores no prédio são reajustados de acordo com a inflação, a taxa de condomínio deve ser ajustada para fazer frente a essas novas despesas. Da mesma forma, a sociedade elege seus representantes políticos para que viabilizem atendimento às suas demandas, e se obrigam a pagar por isso, na forma de pagamento de tributos.

A falácia do ajuste fiscal é ainda suportada por outras enganações. Por exemplo, na propaganda de que a sociedade não está disposta ou não pode pagar pelos produtos e serviços que ela mesma exige. Falácia ao argumentar a inconstitucionalidade das greves e omitir a determinação constitucional da revisão anual da remuneração no serviço público. Pesquisas mostram que a população está insatisfeita não com o pagamento de impostos, mas com o insuficiente retorno em forma de bens e serviços públicos.

Falácia também no campo da receita pública, como na inexplicável concessão exagerada de benefícios fiscais aos empresários e perdão repetida de multas decorrentes de sonegação de impostos, sem estudos científicos dos resultados que geram. Benefícios permanentes em pleno carnaval de crise no serviço público em suas diversas alas, como segurança, educação, saúde, habitação, ...

> ...como na inexplicável concessão exagerada de benefícios fiscais...

Abandonasse suas falácias, governos enxergariam leques de ajustes na receita e formas inovadoras e eficientes de produção de bens e prestação de serviços públicos. Exemplo? Diminuir ou mesmo extinguir benefícios fiscais; readequar alíquotas e taxas; cobrar tributos de forma progressiva. Que a sociedade desperte e afaste esse oratório falacioso e suas nefastas consequências!

Rogério Zanon da Silveira
Auditor Fiscal da Receita Estadual, Professor universitário e Diretor de Comunicação do Sindifiscal-ES.

Sobe e desce

Sobe

Educação

O PEET (Programa Estadual de Educação Tributária) da Sefaz esteve em diversos municípios capixabas no mês de abril fazendo palestras sobre a NFA-e (Nota Fiscal Avulsa Eletrônica) e conscientizando os cidadãos sobre a função socioeconômica do tributo.

Economia

Os capixabas ganharam um aliado para economizar na hora de ir às compras. A Sefaz lançou em 20 de março o aplicativo Menor Preço, que compara o valor de diversos produtos em estabelecimentos comerciais em todo o Estado. A aplicação também mostra a localização das lojas.

Reforma Tributária Solidária

Acontece no dia 30 de abril na Sefaz o seminário Reforma Tributária Solidária: Menos Desigualdade, Mais Brasil. A campanha é capitaneada por Fenafisco e Anfip e tem apoio do Sindifiscal e das demais entidades representativas dos Fiscos Estadual e Federal. Os seminários acontecerão em todo o país.

Desce

Renúncia de receita

No ano passado, a renúncia fiscal no país chegou a R$ 270,4 bilhões, de acordo com dados da Receita Federal (RF). Para Jorge Rachid, secretário do órgão, o ideal seria que o país gastasse somente R$ 130 bilhões com as renúncias - mesmo patamar das Nações desenvolvidas.

Perda de espaço

Os auditores fiscais da Receita Estadual perderam espaço no que diz respeito à dívida ativa. Desde o dia 22 de março, conforme publicação na Imprensa Oficial do Espírito Santo, a transferência de inscrição, gestão e processamento da dívida ativa passaram a ser atribuições da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Aposentados e Pensionistas se preparam para o ENCAP 2018

Homenagem ao Dia das Mães realizada no Encontro Capixaba de Aposentados e Pensionistas de 2017.

O Encontro Capixaba de Aposentados e Pensionistas (ENCAP) está chegando com novidades!

Para que todos possam participar, este ano o evento será regionalizado, o que facilitará participação.

Nas regionais, o encontro será realizado em local onde todos possam conversar, ouvir as notícias do sindicato, contar "casos" e saborear um bom almoço.

Manter viva a memória do Fisco e toda sua trajetória de dificuldades e conquistas é um dos meios de valorizar e prestar homenagem aos que tanto contribuíram para a categoria e para o Estado.

Os encontros em Alegre, Bom Jesus do Norte, São Mateus e Colatina foram um sucesso. Muitas lembranças, reencontros, novidades do sindicato e sorteio de brindes.

Os próximos acontecerão em:

23/05 às 19h em Barra de São Francisco, na Churrascaria do Jorjão.

24/05 às 10h em Linhares, na Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB).

05/06 às 10h em Cachoeiro de Itapemirim, no Cerimonial Bom Gosto.

06/06 às 10h em Marataízes, na Pousada Vista Oceânica.

Não fique de fora. Participe do ENCAP em sua região!

Ao lado, colegas no encontro em Alegre, no dia 09 de maio, no restaurante Casa Velha. Na foto abaixo, colegas no encontro em Bom Jesus do Norte, no dia 10 de maio, no restaurante Pitucão. Os encontros têm sido muito elogiados e são feitos pedidos para que continuem nos próximos anos.

Encap na Sede Social de Vila Velha será dia 21 de junho

ENCAP
ENCONTRO CAPIXABA DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO FISCO ESTADUAL

Além do ENCAP nas regionais, a festa na Sede Social de Vila Velha, como aconteceu nos dois anos anteriores, está mantida. O evento é aberto a todos os aposentados e pensionistas filiados. Será no dia 21 de junho, quinta-feira, a partir das 11h, com um grande "Arraiá", com comidas típicas, música, brincadeiras e danças.

O tradicional sorteio de prêmios está confirmado. Para participar desta grande festa, basta confirmar sua presença, até o dia 15 de junho, por telefone (27-3325-3439 ou 27-98159-0018) ou e-mail (jornal@sindifiscal-es.org.br). Cada filiado tem direito a um acompanhante.

Os colegas que residem nas regiões de Colatina, Linhares e Cachoeiro de Itapemirim devem entrar em contato com os delegados sindicais para obter informações sobre transporte.

Não fique de fora deste grande Encontro. A presença de todos é fundamental para o sucesso de mais uma edição do ENCAP, um evento que visa a confraternização entre colegas, amigos e familiares do Fisco Capixaba.

Deixam saudades!

Roberto de Andrade Pitanga
10/10/17 - aposentado

Maria de Lourdes Monteiro Lima
18/03 - pensionista

Odir Motta
27/03 - aposentado

Celensina Maria dos Santos Braga
30/03 - pensionista

Vitória Fernandes Soares
01/04 - pensionista

Jaime Toledo
14/05 - aposentado

Hélia de Oliveira Moraes
01/05 - pensionista

Anacleto Freire Gonçalves
07/05 - aposentado

Aracélia Santos Sader
09/05 - pensionista